

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE

Deliberação CIB nº 130, 24/11/2025

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP, em sua 363ª reunião ordinária realizada em 19/11/2025, homologou os seguintes itens:

1. Credenciamento:

1.1 Hospital-Dia – Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017: Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, CAPÍTULO V - das disposições finais - Anexo 1 do Anexo XXIV – Da modalidade de assistência em regime de hospital-dia.

1.1.1 DRS I – Município de São Paulo – Credenciamento para realização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos em regime de **Hospital-Dia, do Instituto Médico Paulista**, CNES 4740939, gestão municipal, disponibilizando 02 leitos para esta finalidade. Solicitação aprovada pela CIR São Paulo – RRAS 06, realizada em 29/10/2025. Não gera impacto financeiro.

1.2 Esterilização Cirúrgica: Laqueadura Tubária e Vasectomia - Portaria SAS/MS nº 48, de 11/02/99, Resolução SS 05, de 11/01/00 e Portaria GM/MS nº 1.319, de 05/06/07

1.2.1 DRS XV – Município de Tabapuã – Credenciamento para realização de procedimentos de Vasectomia, código de habilitação 19.02, **Hospital Maria do Valle Pereira / Associação Beneficente de Tabapuã**, CNES 2084074, sob a gestão municipal. Solicitação aprovada na reunião da CIR Catanduva, realizada em 27/08/2025. Não gera impacto financeiro.

1.3 CAPS - Centro de Atenção Psicossocial – Portaria GM/MS 336 de 19/02/2002, Portaria GM/MS 3.088 de 23/12/2011, Portaria GM/MS 5500 de 24/10/2024.

1.3.1 Prefeitura Municipal de Paulínia – Credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial II (infanto-juvenil) **Girassol**, gestão municipal, CNPJ11.934.398/0001-50, CNES 2065207. Recurso financeiro fixo de R\$ 48.804,00 (quarenta e oito mil oitocentos e quatro reais) mensais;

1.3.2 Prefeitura Municipal de Sumaré – Credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial **Álcool e Drogas II Bordon (CAPSAD II)** gestão municipal, CNPJ45.787.660/0001-00, CNES-209669. Recurso financeiro fixo de R\$ 60.424,00 (sessenta mil quatrocentos e vinte e quatro reais) mensais;

- 1.3.3 Prefeitura Municipal de Catanduva – Credenciamento** do Centro de Atenção Psicossocial II (infanto-juvenil), gestão municipal, CNPJ 45.122.603/0001-02, CNES 2065207. Recurso financeiro fixo R\$ 48.804,00 (quarenta e oito mil oitocentos e quatro reais) mensais;
- 1.3.4 Prefeitura Municipal de Santo Anastacio – Credenciamento** de Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I), gestão municipal. CNPJ 97.536.182/0001-51, CNES 4913239. Recurso financeiro fixo de R\$ 42.994,00 (quarenta e dois mil novecentos e noventa e quatro reais) mensais;
- 1.3.5 Prefeitura Municipal de Paulínia – Reclassificação** do Centro de Atenção Psicossocial I para CAPS II, gestão municipal, CNPJ 11.934.398/0001-50, CNES 2062968. Recurso financeiro fixo de R\$ 50.257,00 (cinquenta mil duzentos e cinquenta e sete reais) mensais;
- 1.3.6 Prefeitura Municipal de Jau – Credenciamento** do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), gestão municipal, CNPJ 46.195.079/0001-54 CNES 4700945. Recurso financeiro fixo de R\$ 50.257,00 (cinquenta mil duzentos e cinquenta e sete reais) mensais;
- 1.3.7 Secretaria Estadual da Saúde – Descredenciamento** do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (antigo CRATOD), Gestão Estadual, CNES 2068915, CNPJ 46.374.500/0001-94;
- 1.4 SRT – Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental – Portaria GM/MS 3090 de 23/11/2011 Portaria GM/MS nº 3088 de 23/12/2011. Portaria GM/MS 5502 de 14/10/2024.**
- 1.4.1 Prefeitura Municipal de Piracicaba – Credenciamento** SRT Tipo II (10 moradores) – Gestão Municipal. CNPJ- 11.197.489/0001-50 CNES do CAPS de referência 2061740. Recurso financeiro fixo de R\$ 30.506,40 (trinta mil, quinhentos e seis reais e quarenta centavos).
- 1.4.2 Prefeitura Municipal de Guapiaçu – Descredenciamento** de 1 (um) Serviço de Residência Terapêutica (SRT). Motivo: óbito de moradores.
- 1.4.3 Prefeitura Municipal de Cedral – Descredenciamento** de 02 vagas no Serviço de Residência Terapêutica tipo 2 (SRT). Motivo: óbito de moradores.
- 1.5 Obesidade Grave - Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/09/2017, Consolidação das normas sobre as redes do SUS, Anexo IV – Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, CAPÍTULO II – Das Diretrizes para a Organização da Prevenção e do Tratamento do Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, Artigos 27 ao 58; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17 - Normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS.**
- 1.5.1 DRS VIII – Município de Ituverava – Habilitação** no código 02.03 - Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade Grave, Santa Casa de Misericórdia de Ituverava, CNPJ 50.304.377/0001-02, CNES 2751704, sob gestão municipal. Solicitação aprovada na reunião conjunta extraordinária das CIR Alta Anhanguera, Alta Mogiana e Três Colinas, realizada em 25 de setembro de 2026, ATA apresentada. Impacto

financeiro estimado para 5 cirurgias/mês de R\$ 44.904,14/mês e R\$ 538.849,68/ano - FAEC.

1.6 UTI – Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre as redes do SUS, Título X – Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave, Artigos 144 a 148 e Anexo. Portaria GM/MS nº 828, de 17/04/2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação para Transferências federais de recursos da saúde.

1.6.1 DRS I – Município de São Paulo – Habilitação de 1 leito de UTI Pediátrica no Tipo II, código de habilitação 26.03, da **Associação Beneficente Síria – HCor**, CNPJ 60.453.024/0003-90, CNES 2081288, sob a gestão municipal. Impacto financeiro anual de R\$ 197.100,00 e mensal de R\$ 16.425,00. Solicitação aprovada na reunião da Comissão Intergestores Regional - CIR São Paulo – RRAS 06, realizada em 29/10/2025 - ATA apresentada.

1.6.2 DRS VII – Município de Campinas – Ampliação de 7 para 9 leitos de UTI Pediátrica no Tipo II (2 novos leitos), código de habilitação 26.03, **Hospital e Maternidade Celso Pierro**, CNPJ 46.020.301/0002-69, CNES 2082128, sob a gestão municipal. Impacto financeiro anual de R\$ 394.200,00 e mensal de R\$ 32.850,00. Solicitação aprovada na reunião da Comissão Intergestores Regional da Região Metropolitana de Campinas, realizada em 11/11/2025 - ATA apresentada.

1.6.3 DRS IX – Município de Tupã – Desabilitação de 2 leitos de UTI Neonatal Tipo II, código de habilitação 26.02, **Santa Casa de Misericórdia de Tupã**, CNPJ 72.547.623/0001-90, CNES 2080664, sob gestão estadual. Justificativa da Entidade: inatividade dos leitos, bem como, PT SAES/MS nº 2.902, de 26/06/2025, que exclui a habilitação 26.02, da Tabela de Habilitações do CNES.

1.7 Incentivo Financeiro 100% SUS - Portaria de Consolidação nº 06, de 28/09/2017 – Título III – Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Capítulo II – Dos Incentivos Financeiros no Bloco MAC - Seção VIII - Do Incentivo Financeiro 100% SUS

1.7.1 DRS IX – Município de Marília - Descredenciamento do Incentivo Financeiro 100% SUS, código do Incentivo 8119, da **Maternidade Gota de Leite**, CNPJ 52.050.911/0001-27, CNES 2086050, sob a gestão municipal. Justificativa: Entidade passa a atender somente 60% SUS, a partir de agosto. Solicitação aprovada na reunião da CIR Marília, realizada em 28/08/2025, ATA nº 08/2025.

1.8 Terapia Nutricional – Enteral/Parenteral – Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1 de 22 de fevereiro de 2022- Título II, Capítulo I – Seção X - Do Credenciamento/Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Enteral/Parenteral (origem PT SAS/MS nº 120 de 14/04/2009).

1.8.1 DRS VII – Município de Campinas – Credenciamento do Hospital **Irmãos Penteado/Santa Casa de Campinas**, CNES 2022648, sob gestão municipal, como Unidade de Assistência em Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral. Solicitação aprovada na reunião da CIR Região Metropolitana de Campinas, realizada em 11/11/2025. Impacto financeiro

decorrente deste credenciamento estimado em R\$ 11.570,98/mês, R\$ 138.851,71/ano.

1.9 Rede de Oncologia – Portaria SAES/MS nº 688, de 28/08/2023, que altera a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, Seção III – Da Habilitação de Estabelecimentos de Saúde na Alta Complexidade em Oncologia, Capítulo I, Título II – Da Organização da Atenção Especializada à Saúde.

1.9.1 DRS IX - Município de Marília – Alteração da habilitação de UNACON, código de habilitação 17.06 para UNACON com Serviço de Radioterapia, código de habilitação 17.07, com 1 Acelerador Linear, **Associação Beneficente Hospital Universitário -ABHU**, CNPJ 09.528.436/0001-22, CNES 5860490, sob gestão municipal. Está incluída no Plano Regional de Oncologia da RRAS 10 – Marília - Aditivo 3, no link <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/gestor/documentos-de-planejamento-em-saude/plano-estadual-de-oncologia-do-estado-de-sao-paulo> Solicitação aprovada na reunião da CIR de Marília realizada em 23/10/2025, Ata nº 10/2025. Impacto financeiro estimado para 600 procedimentos/ano considerando valor médio 2023, mensal de R\$ 206.064,50 e anual de R\$ 2.472.774,00 (FAEC).

1.9.1 DRS XIII – Município de Ribeirão Preto - Alteração da habilitação de UNACON com Serviço de Radioterapia e Hematologia, códigos 17.07 e 17.08, para CACON, código 17.12, da **Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa de Ribeirão Preto – Hospital Imaculada Conceição**, CNPJ 55.990.451/0001-05, CNES 2080400, sob a gestão municipal. Está incluída na Readequação do Plano Regional de Oncologia da RRAS 13 (DRS 5 Barretos / DRS 8 Franca / DRS 13 Ribeirão Preto), aprovada na reunião da CIB realizada em 23/10/2025, Deliberação CIB nº 107, publicada no DOE de 28/10/2025, link <https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/gestor/documentos-de-planejamento-em-saude/plano-estadual-de-oncologia-do-estado-de-sao-paulo>.

1.10 Oftalmologia – Portaria de Consolidação nº 02, de 28/09/2017, Anexo XXXV – Política Nacional de Atenção em Oftalmologia (Origem: PT GM/MS 957/2008), Portaria SAS/MS nº 288, de 19 de maio de 2008

1.10.1 DRS II – Município de Araçatuba – Desabilitação da Unidade de Atenção Especializada em oftalmologia - código de habilitação 05.03, do **Hospital Central**, CNPJ 21.106.841/0001-58, CNES 7780745, sob a gestão municipal (habilitado pela PT GM/MS 2064, de 05/07/2018). Solicitação aprovada nas reuniões das CIR: Consórcios, Central e Lagos, realizadas em 08, 09 e 10 de outubro de 2025, respectivamente.

1.10.2 DRS II – Município de Araçatuba – Habilitação como Unidade de Atenção Especializada em oftalmologia - código de habilitação 05.03, do **Hospital do Olho de Araçatuba**, CNPJ 03.302.026/0002-63, CNES 0249033, sob a gestão municipal. Solicitação aprovada nas reuniões das CIR: Consórcios, Central e Lagos, realizadas em 08, 09 e 10 de outubro de 2025, respectivamente. A desabilitação e a habilitação devem ser concomitantes, não havendo impacto financeiro; o remanejamento dos recursos será realizado pelo Gestor Municipal, entre os estabelecimentos.

1.11 Assistência ao Portador de Glaucoma – Portaria SAS/MS nº 288, de 19/05/2008, Portaria SAS/MS nº 920, de 15/12/2011, Portaria GM/MS nº 1448, de 18 de setembro de 2015, Portaria nº 1.037 de 02/10/2015, Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 28, de 06/12/2023

1.11.1 DRS I – Município de São Paulo – Habilitação como Unidade de Tratamento do Glaucoma com medicamentos no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, **Associação Hospitalar Saúde dos Olhos**, CNPJ 03.780.001/0001-94, CNES 5130883, sob a gestão municipal. Solicitação aprovada na reunião da CIR São Paulo – RRAS 6, realizada em 29/10/2025. Impacto financeiro anual solicitado de R\$ 125.220,00 e mensal de R\$ 10.435,00.

2. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD, Portaria GM/MS nº 1.526, de 11/10/2023.

2.1 Município de São Paulo: Habilitação/Custeio CER III-São Mateus (modalidade auditiva, física e intelectual), CNES 73933822, administração pública, gestão municipal.

3. Relação de municípios que solicitaram a modificação de tipologia de Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipes de Atenção Primária(eAP) Equipes de Saúde Bucal(eSB), Nota Técnica nº 282/2023-COHC/CGFAP/SAPS/MS.

TIPOLOGIA VIGENTE			TIPOLOGIA REQUERIDA			
TIPOLOGIA ATUAL	INE/CNES	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO	NOVA TIPOLOGIA	INE	CNES	MUNICÍPIO
EAP	319953/3053660	GM/MS Nº 068 DE 12/2020	ESF	319953	3053660	BATATAIS
EAP	2018179/3053660	GM/MS Nº 0674 DE 06/2023	ESF	2018179	3053660	BATATAIS

4. RAU – Rede de Atenção às Urgências – SAMU 192 – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde

4.1 DRS VI – RRAS IX – CIR Polo Cuesta – Município de Bofete – SAMU – Base descentralizada – Habilitação de 1 USB.

4.2 DRS VI – RRAS IX – CIR Polo Cuesta – Município de Pereiras – SAMU – Base descentralizada – Habilitação de 1 USB.

4.3 DRS VI – RRAS IX – CIR Polo Cuesta – Município de Torre de Pedra – SAMU – Base descentralizada – Inclusão no PAR-RAU e Habilitação de 1 USB.

4.4 DRS IX – RRAS X – CIR Ourinhos – Município Ourinhos – SAMU – Base descentralizada – Inclusão no PAR-RAU de 1 USB.

4.5 DRS VII – RRAS XVI – CIR Bragança – Município Socorro – SAMU – Base Descentralizada – Inclusão no PAR-RAU de 1 USB.

4.6 DRS VII – RRAS XVI – CIR Bragança – Município Atibaia – Inclusão no PAR-RAU e habilitação de 2 motolâncias, CNES 4897013 e 4899938.

4.7 DRS XVII – RRAS XVII – CIR Circuito da Fé/Vale Histórico – Município Canas
– **Inclusão no PAR-SAMU** Regional Guaratinguetá de 1 USB.

- 5. Rede Alyne – Leitos de gestação e Puerpério de Alto Risco – GPAR Qualificado.** Portaria GM/MS nº 5.350, de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/9/2017, para dispor sobre a Rede Alyne, na forma do Anexo II; Portaria GM/MS nº 5349, de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação nº 06, de 28/09/2017, para dispor sobre o financiamento da Rede Alyne e Portaria SAES/MS nº 2902, de 26 de junho de 2025, que atualiza as informações para identificação dos componentes no CNES e atualiza procedimentos relacionadas à Rede Alyne.

5.1 DRS 15 – Município de Catanduva – Habilitação de 07 leitos de gestação e Puerpério de Alto Risco – GPAR Qualificado, código de Habilitação 82.09, **Hospital Padre Albino** CNES 2089327, CNPJ 47.074.851/0008-19, sob gestão estadual. A solicitação foi aprovada na CIR em 15/05/2025; a instituição está inserida no Plano de Ação Regional da Rede Alyne da RRAS 12 – São José do Rio Preto, aprovado e publicado na Deliberação CIB nº 45, 23/05/2025. (disponibilizado no link: <https://www.saude.sp.gov.br/ses/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2025/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-96-26052025>) na página da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo). Impacto financeiro mensal de R\$ 110.376,00 e anual de R\$ 1.324.512,00.

5.2 DRS 17 – Município de Taubaté – Habilitação de 17 leitos de gestação e Puerpério de Alto Risco – GPAR Qualificado, código de Habilitação 82.09, **Hospital Municipal Universitário de Taubaté - HMUT** CNES 2749319, CNPJ 73.027.690/0026-02, sob gestão municipal. A solicitação foi aprovada na CIR em 06/11/2025, a instituição está inserida no Plano de Ação Regional da Rede Alyne da RRAS 17 – Taubaté, aprovado e publicado na Deliberação CIB nº 45, 23/05/2025. (disponibilizado no link: <https://www.saude.sp.gov.br/ses/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2025/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-96-26052025>) na página da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo). Impacto financeiro mensal de R\$ 268.056,00 e anual de R\$ 3.216.672,00.

- 6. Rede Alyne – Ambulatório de Segmento do Recém-Nascido e da Criança egressos de unidade Neonatal (A-SEG)-** Portaria GM/MS nº 5.350, de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/9/2017, para dispor sobre a Rede Alyne, na forma do Anexo II; Portaria GM/MS nº 5349, de 12 de setembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação nº 06, de 28/09/2017, para dispor sobre o financiamento da Rede Alyne e Portaria SAES/MS nº 2902, de 26 de junho de 2025, que atualiza as informações para identificação dos componentes no CNES e atualiza procedimentos relacionadas à Rede Alyne.

6.1 DRS 5 – Município de Barretos – Habilitação de Ambulatório de Segmento do Recém-Nascido e da Criança egressos de unidade Neonatal (A-SEG), cód. 14.22, **Santa Casa de Barretos**, CNES 2092611, CNPJ 44.782.779/0001-10, sob gestão municipal. A solicitação de habilitação foi aprovada na reunião ordinária conjunta CIR Norte e CIR Sul, Deliberação CIR n. 07 de 7/10/2025, a Instituição está inserida no Plano de Ação Regional da Rede Alyne, da RRAS 13 – Ribeirão Preto, aprovado e publicado na Deliberação CIB nº 45, 23/05/2025. (disponibilizado no link: <https://www.saude.sp.gov.br/ses/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2025/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-96-26052025>)

eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2025/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-96-26052025) na página da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo). Impacto financeiro mensal de R\$ 50.000,00 e anual de R\$ 600.000,00.

- 7. CEO - Centro de Especialidades Odontológicas. Portaria de consolidação nº 05 de 28-09-2017, origem Portaria nº 599 de 23/03/2006 que define a implantação de Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e de Laboratórios Regionais de Prótese dentária – LRPD e estabelece critérios normas e requisitos para o seu credenciamento, atualizada pela Portaria 2.373 de 07/10/2009; Portaria de consolidação Nº 06 de 28-09-2017, origem Portaria nº 600, de 23/03/2006, atualizada pelas Portarias GM/MS nº 1464 de 24/06/2011 e nº 1.341, de 13/06/2012 que institui o financiamento dos mesmos, os meios de monitoramento e os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos CEO. Portaria 283 de 22 de fevereiro de 2005, da antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação.**

DRS	MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO	DESCRIÇÃO
PIRACICABA	SÃO PEDRO	CREDENCIAMENTO CEO TIPO I	CREDENCIAMENTO CEO TIPO I – CNES – 5391695
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	URUPÊS	CREDENCIAMENTO CEO TIPO I – UBS – DR XISTO ALBARELLI RANGEL	CREDENCIAMENTO CEO TIPO I – CNES – 2077892 - UBS – DR XISTO ALBARELLI RANGEL